



HAL
open science

Democracia e educação na constituição do sujeito liberal

Nildo Avelino

► **To cite this version:**

Nildo Avelino. Democracia e educação na constituição do sujeito liberal. Educação, 2013, 36 (2), pp.180-191. halshs-00842957

HAL Id: halshs-00842957

<https://shs.hal.science/halshs-00842957v1>

Submitted on 9 Jul 2013

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Democracia e educação na constituição do sujeito liberal

Democracy and education in constitution of the liberal subject

NILDO AVELINO*



RESUMO – O artigo discute as transformações operadas nas formas de constituição do sujeito da prática política. Analisa as diferentes problematizações colocadas pelo welfarismo no campo dos saberes da economia e pelo comportamentalismo no campo do saber político, concernentes ao novo tipo de sujeito exigido pelo funcionamento do programa de reconstrução europeia do pós-guerra. A partir de uma abordagem foucaultiana, propõe compreender as transformações dos saberes políticos por meio das diferentes maneiras pelas quais os indivíduos tornaram-se sujeitos de uma prática política. Para isso, retoma as proposições apresentadas por John Dewey destinadas a renovar o liberalismo e a inventar um “novo liberalismo”. Semelhante ao que Keynes pretendeu em economia, o propósito de Dewey em política foi o de torná-la um conjunto de variáveis manipulável. Foi o que tornou possível a elaboração e o desenvolvimento do conceito de “sistema político” de David Easton. A partir disso, a educação começa a ser percebida como variável fortemente relacionada à democracia.

Palavras-chave – Educação, Democracia, Governamentalidade, sujeito.

ABSTRACT – The article discusses transformations in the forms of constitution of the subject of political practice. It analyzes different problematizations placed by welfarism in the field of economics knowledge and by behaviorism in the field of political knowledge, concerning the new type of subject required by the operation of the program of reconstruction of postwar Europe. From a foucaultian approach it proposes to understand the transformations of political knowledge through different ways in which individuals become subjects of a political practice. To do so, the article takes up the proposals presented by John Dewey aimed renewing liberalism and inventing a “new liberalism”. Similar to what Keynes sought in economics, the purpose of Dewey in politics was to transform it into a set of manipulated variables. That is what made possible the design and development of the David Easton’s concept of “political system”. From this, the education begins to be perceived as a variable strongly related to democracy.

Keywords – Education, Democracy, Governmentality, Subject.

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é apresentar uma abordagem que permita perceber e descrever a emergência de um novo tipo de sujeito da prática política em nossas sociedades do pós-Segunda Guerra Mundial e seus efeitos na transformação do saber no campo político. O objetivo é perceber a maneira pela qual a prática política esteve fortemente concernida em refletir sobre o novo sujeito democrático destinado a habitar as novas democracias ocidentais após o desaparecimento dos regimes autoritários.

É possível descrever o problema da constituição do sujeito democrático em contexto pós-Segunda Guerra como sendo um problema de primeira ordem na tarefa de reconstrução europeia. Como mostrou Tony Judt (2008), o objetivo de erradicação do nazismo perseguido pelo Plano Marshall deparou-se rapidamente com uma impossibilidade objetiva. No que concerne à reconstrução da Alemanha, havia o incontornável problema de encontrar quadro administrativo competente que não tivesse sido filiado ao regime nazista. No imediato pós-guerra, os únicos homens qualificados da Alemanha eram funcionários de carreira, executivos e demais

* Doutor em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, SP, Brasil) e Professor da Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa, PB, Brasil). E-mail: <nildoavelino@gmail.com>.

funcionários, que tinham sido bem mais que simples apoiadores do Partido Nazista. Na cidade de Bonn, 102 de cada 112 médicos foram filiados ao Partido; em Colônia, dos 21 especialistas responsáveis pelo abastecimento de água da cidade, 18 foram do Partido. Dessa forma, a administração e a saúde pública seriam inevitavelmente assumidas por ex-agentes do Partido que, dali por diante, deveriam trabalhar para a democracia.

Havia casos mais graves. Na Bavária, 94% dos juízes públicos, 77% dos funcionários do Ministério da Fazenda e 60% dos funcionários do Ministério da Agricultura eram compostos por ex-nazistas. Essa realidade não afetava apenas os planos de Harry Truman, mas também aqueles de Stalin. Até a década de 1950, mais de 50% dos reitores das instituições de ensino superior da Alemanha Oriental eram constituídos de ex-nazistas. A polícia secreta comunista da Alemanha Oriental, a Stasi, não apenas assumiu as práticas e o papel da antiga Gestapo, como incorporou os milhares de funcionários da antiga polícia nazista nos novos quadros da polícia comunista. Essa conjuntura tornou muito frequente o fato de que nazistas perseguidos e presos no pós-guerra fossem capturados por policiais ex-nazistas, julgados por juízes ex-nazistas, encarcerados por carcereiros ex-nazistas e presos em prisões e campos de concentração ex-nazistas.

Todo esse contexto deveria ainda ser conciliado com o desejo generalizado de punição dos vencidos. Havia uma piada alemã anterior à vitória dos Aliados que dizia: “é melhor aproveitar a guerra – a paz será terrível” (JUDT, 2008, p. 35). Na Holanda, por exemplo, milhares de mulheres foram acusadas de “colaboracionismo horizontal”: acusadas por terem mantido relações sexuais com soldados nazistas em troca de comida, dinheiro ou da própria vida. Existem relatos em que centenas de mulheres “colaboracionistas” foram despedidas em praça pública, tiveram seus pelos raspados para serem, depois de lambuzadas com alcatrão, cobertas com penas. Este tipo de humilhação de mulheres foi muito comum por toda Europa e o modo mais fácil de descarregar os furores de vingança. Mas houve também centenas de fuzilamentos sumários praticados apenas com a suspeita de colaboracionismo.

Nada nesse contexto faz entrever a mais pálida presença daquele sujeito democrático *tolerante, cooperativo e responsável* que doravante povoará as novas democracias da Europa recém-reconstruída. O sentimento de rivalidade e desconfiança mútua no final da Segunda Guerra deveria constituir um obstáculo objetivo para a reconstrução europeia no novo contexto democrático. Essa é uma das principais razões para que a realização de um projeto de recuperação econômica da magnitude do Plano Marshal colocasse em funcionamento bem mais que a contabilização nacional dos recursos e capacidades

produtivas necessárias à reconstrução. Exigiu, sobretudo, recorrer amplamente a novos domínios de saberes, tais como as ciências sociais e a psicologia. Provocou uma enorme renovação conceitual, operada particularmente no domínio da economia e da política, que culminou com as doutrinas do Estado de Bem-Estar Social, o chamado *welfarismo*. Um dos aspectos significativos da renovação conceitual welfarista está no fato de ter estabelecido “uma nova relação entre governo e sociedade visando tornar possíveis formas distintas de cálculo e gestão da economia e da vida social” (MILLER; ROSE, 2008, p. 37).

RACIONALIDADE WELFARISTA

A reconstrução econômica do pós-Segunda Guerra integra um amplo projeto de modernização da sociedade muito além da simples recuperação de economias arruinadas pela guerra. Como observou Dean (2007, p. 32), é neste momento que surgem as noções de “crime contra a humanidade” e as doutrinas dos direitos humanos que dominam grande parte do debate e da prática das relações internacionais. Na França, por exemplo, o projeto welfarista desenvolvido por Jean Monnet indicava também a eliminação dos elementos “atrasados” da sociedade francesa e, na medida em que concernia com o progresso e o crescimento econômico, estabelecia distinções rígidas entre atividades produtivas e improdutivas (MILLER; ROSE, 2008, p. 37). Consequentemente, tratava-se de um processo de modernização que deveria ter como foco os cidadãos, visto ser “por meio deles que a riqueza é criada e é para eles que o governo deve olhar se quiser aumentar seus recursos” (idem). Nesse sentido, com o welfarismo não ocorre apenas uma transformação radical dos saberes e dos objetos da economia política: ele provoca igualmente a emergência de uma nova concepção de sujeito político que serviu de superfície para as novas exigências de intervenção governamental. Portanto, a questão colocada por Lessenich (2011, p. 306) é amplamente pertinente ao nosso propósito. Se é verdade que uma das condições para a reconstrução bem-sucedida das economias arruinadas pela guerra foi o estabelecimento de um novo sujeito da prática política, então, “a *primeira* e central questão a ser respondida é *qual tipo de subjetividade* foi emergente na implementação dos programas estatais de bem-estar social”? O termo-chave para responder a essa questão é *responsabilidade cidadã*.

Conforme sugeriram Miller e Rose (2008, p. 77), existe uma clara linguagem “contratual” nos programas welfaristas. Por exemplo, o Plano Beveridge implantado na Inglaterra pode ser visto como “um tipo de governo ‘responsabilizador’”. O contrato welfarista está concernido com a prevenção pelo Estado contra a diminuição ou interrupção do bem-estar causadas por doença,

desemprego, acidentes e demais riscos sociais. Em contrapartida, “os sujeitos desses riscos sociais são constituídos como o *locus* da responsabilidade social”. A racionalidade securitária assumida pelos programas welfaristas é facilmente compreendida quando se examina seu contexto.

A racionalidade do welfarismo foi programaticamente elaborada em relação a uma série de problematizações específicas: o declínio da taxa de natalidade; a delinquência e comportamentos antissociais; problemas da família; as consequências sociais da saúde pública e as vantagens conferidas por uma população saudável; e a integração dos cidadãos na comunidade (idem, p. 73).

O aspecto significativo é que o welfarismo colocado em funcionamento pelo projeto de reconstrução europeia consolidou programas de governo com exigências de responsabilização social do indivíduo e de promoção da solidariedade. As novas relações entre governo e sociedade orientadas por uma racionalidade governamental para a responsabilização social e promoção da solidariedade transformaram amplamente todos os domínios sociais, produzindo uma vasta welfarização da sociedade.

Novas alianças foram forjadas entre industrialistas, psicologistas, gestores e politólogos no curso da gestão dos problemas humanos da guerra: parecia que a administração iluminada das relações humanas no trabalho e em outros lugares poderia maximizar o contentamento ao mesmo tempo em que maximizava a produtividade, assim como correspondia aos valores da democracia ao respeitar o cidadão. A responsabilidade pela promoção da saúde da sociedade não envolvia apenas o serviço de médicos, mas também de outros especialistas sociais – gestores, políticos, professores e de todos em posições de liderança (ibidem, p. 45-46).

Um dos efeitos desse processo foi a *tecnicização* da política. A gestão social torna-se tarefa de uma ampla rede de especialistas que, doravante, serão os novos gestores do bem-estar social. Durante muito tempo, problemas sociais como epidemias, desemprego, acidentes trabalhistas, analfabetismo etc., eram geridos por associações voluntárias mantidas pelos próprios interessados e muitas das quais organizadas e vinculadas aos sindicatos operários, ligas de bairro, sociedades filantrópicas ou religiosas etc. A lógica welfarista desmobilizou essas iniciativas desconexas e voluntaristas para reintegrá-las em uma rede de agências composta de pessoal técnico especializado. Por meio dessa rede de especialistas para a gestão do bem-estar social foi possível “vincular as aspirações das autoridades com a vida dos indivíduos” (ibidem, p. 73).

A estratégia welfarista consistiu em estabelecer a participação no bem-estar sob a forma de um direito garantido pelo Estado, mas que implicava um sistema de obrigações recíprocas como contrapartida. Conforme salientou Procacci (1993, p. 307), trata-se de uma lógica na qual “o cidadão, sujeito político de direitos, torna-se o elemento subjetivo de um sistema de deveres engendrados por suas relações com os outros”. Em outras palavras, o pleno emprego deverá ser garantido pelo Estado ao mesmo tempo em que o trabalho deverá tornar-se uma obrigação. Nesse momento, o ócio irresponsável é punido como vadiagem, e não trabalhar é assimilado como ato de revolta. A pobreza ganha igualmente novos contornos. “Não é mais o mercado que cria a pobreza”, mas é o pobre doravante considerado individualmente como não tendo *motivação* para o trabalho (idem, p. 322).

Grosso modo, foi dessa forma que a racionalidade política do welfarismo constituiu o cidadão como sujeito social cujos poderes e obrigações estavam articulados em uma linguagem de responsabilidade individual e de solidariedade coletiva. Para que o indivíduo fosse integrado naquela sociedade do pós-Segunda Guerra foi necessário constituí-lo como sujeito sob a forma do cidadão com necessidades sociais e enredado em um contrato no qual indivíduo e sociedade possuem reivindicações e obrigações mútuas. Trabalhos inovadores como de Götz Aly (2005) têm proposto esse tipo de racionalidade welfarista como prisma explicativo para a compressão do nazismo. Segundo sua compreensão, a recorrente projeção arendtiana de culpabilização dos indivíduos tornou-se amplamente insuficiente. Não são imagens como as do ditador delirante, louco e carismático, e de sua fiel equipe de ideólogos do racismo o que explica a amplitude da política nazi; tampouco é possível explicá-la pelos grandes interesses de proprietários, empresários, gerais etc. Para compreender as razões do êxito e da duração de um empreendimento abertamente megalomaniaco e criminoso como o nazismo, é preciso levar em conta sua política de bem-estar. Segundo Aly (2005, p. 8), os responsáveis nazistas esforçaram-se pela distribuição dos víveres de maneira que sua repartição fosse percebida como justa, além de se esforçarem para manter a estabilidade do *reichsmark* contra a inflação avassaladora dos anos 1920.

Apoiando-se sobre uma guerra predatória e racial de grande envergadura, o nacional-socialismo deu origem a uma igualdade nova, especialmente por meio de uma política de promoção social de amplitude sem precedente na Alemanha [...]. O conforto material, as vantagens possibilitadas pelo crime em grande escala [...] nutriam a consciência, na maior parte dos alemães, da solicitude do regime. E, reciprocamente, é de lá que a política de extermínio retirava sua energia: adotava

como critério o bem-estar do povo. A ausência de resistência interna digna desse nome e, ulteriormente, a falta de sentimento de culpa pertencem a essa constelação histórica (idem, p. 10).

Além disso, Mason (2003) mostrou como a racionalidade welfarista abriu para o Estado nazi um campo de atividades poderosamente eficaz pelo slogan *Kraft durch Freude!*, ou a “Força mediante alegria!”. Tratava-se de realizar uma comunidade de interesse e de promover a solidariedade social e a confiança no regime sem o recurso exclusivo aos meios coercitivos. Pela primeira vez, o *KdF* permitiu a organização do turismo de massa e de uma indústria do entretenimento. De maneira ainda mais significativa, tal organização

[...] deveria recordar continuamente que a cultura do tempo livre constituía uma conquista do novo regime e que era preciso prestar-lhe o necessário reconhecimento político. Além disso, a organização do tempo livre fornecia a possibilidade de exercitar um controle político e uma atividade educativa ulterior. [...] rapidamente a “Kraft durch Freude” organizou todo tipo de ocupação recreativa; desde concertos sinfônicos nas empresas até viagens marítimas para a Madeira, desde “noitadas de variedades” a espetáculos teatrais e esportes populares. Foram construídos grandes estabelecimentos balneários e a distribuição de “automóveis KdF” só foi interrompida pela guerra. Uma operação organizativa gigantesca transformou a paisagem natural e a cultura em bens de consumo acessíveis a todos e colocados a serviço do prazer da vivência política e do incremento produtivo (MASON, 2003, p. 176-177).

A estratégia destinada a produzir a responsabilidade individual e a solidariedade social deveria garantir que toda manifestação fosse percebida por seus participantes como realizações práticas do Estado sob a forma de serviços de bem-estar social. Em contrapartida, os trabalhadores deveriam reagir de maneira condizente e com lealdade. “Traduzido na linguagem daquele tempo, os trabalhadores deveriam ter a sensação de serem assistidos” (idem, p. 183). Em todo caso, sabia-se que tal percepção não poderia advir espontaneamente, dadas as condições sociais atravessadas pelos recentes conflitos políticos. Assim, para constituir esse novo sujeito da prática política, uma enorme e significativa reconfiguração das relações de poder precisou ser operada por meio de

uma diversidade de programas para seguridade social, bem-estar da infância, higiene física e mental, universalização da educação e todas as formas e conteúdo de entretenimento popular operaram no interior dessa racionalidade, bem como numerosas tecnologias foram inventadas – desde a insegurança

social até a orientação clínica da infância – procuraram reproduzir seus efeitos (MILLER; ROSE, 2008, p. 48).

Para a governamentalidade das sociedades europeias e americanas do período pós-guerra, o velho sujeito produtivo do liberalismo clássico perdera eficácia. Tanto a política nazi e expansionista do III Reich quanto os programas liberais de reconstrução econômica do pós-guerra exigiram bem mais que homens úteis e dóceis para o trabalho. A tarefa da nova governamentalidade welfarista foi a de fabricar um tipo de sujeito que fosse, além de eficaz e produtivo, responsável, solidário e solícito. A nova racionalidade governamental deveria se ocupar não apenas da dimensão produtiva dos indivíduos, mas deveria também comportar uma dimensão inclusiva – pela promoção da solidariedade – e individualizante – pela responsabilização do indivíduo.

TRANSFORMAÇÃO DOS SABERES

A socialização das relações de poder e da racionalidade welfarista que lhe é correspondente, possibilitada pela rede de agências, não apenas transformou significativamente a paisagem social, mas produziu igualmente enormes transformações no campo dos saberes. Como se sabe, um imenso trabalho crítico foi iniciado no campo da economia por Keynes, com vistas à superação do velho liberalismo econômico na sua versão *laissez-faire*. A crença nas harmonias naturais do mercado para a produção do equilíbrio entre interesse público e privado apareceu desprovida de realidade no contexto entreguerras. Foi precisamente o aspecto atacado por Keynes no seu célebre folheto intitulado *O fim do laissez-faire*, escrito em 1926. Segundo seu autor, os economistas clássicos foram os responsáveis por fornecer uma base científica à crença filosófica na harmonia dos interesses.

Supunham que, por obra das leis naturais, indivíduos que perseguem seus próprios interesses em condições de liberdade tendem a promover ao mesmo tempo o interesse geral! [...] À crença filosófica e divina segundo a qual o governo não tem o direito nem a necessidade de interferir, os economistas acrescentaram a prova científica de que sua interferência é inconveniente. [...] O princípio do *laissez-faire* veio para harmonizar individualismo e socialismo, e fazer do egoísmo de Hume o bem maior para o maior número (KEYNES, 1926).

Parecia óbvio aos olhos de Keynes que as premissas do velho liberalismo econômico eram incompatíveis com os novos desafios colocados pela realidade econômica do período entreguerras. A não interferência tornada princípio vital do *laissez-faire* deveria ser abandonada em nome de um *novo* liberalismo *construtor e intervencionista*.

Tal como salientaram Dardot e Laval (2010, p. 144), esse novo liberalismo proposto por Keynes “visava controlar as forças econômicas para evitar a anarquia social e política [...]. O Estado viu-se investido do papel de regulação e redistribuição fundamental nisso que se apresentou como um ‘socialismo liberal’.” Foi assim que Keynes forneceu a justificação intelectual para a gestão governamental intervencionista no combate à recessão econômica, justificação que rapidamente assumiu força de ruptura no campo da economia.

Antes de Keynes muitos governos aceitavam a ortodoxia economista segundo a qual o orçamento deve ser equilibrado e os gastos de governo cortados em épocas de recessão. Após Keynes a ortodoxia passou a ser que os governos devem fazer déficits para combater recessões e gastar a sua maneira para delas escapar. O crescimento pós-Segunda Guerra criou um consenso global em torno dessa nova prescrição de modo que em 1971 o conservador e então presidente americano Richard Nixon declara: “Agora somos todos keynesianos” (DRYZEK; DUNLEAVY, 2009, p. 102).

Entretanto, o efeito de ruptura provocado pela crítica de Keynes assume um sentido bastante importante. Significativamente, Keynes operou uma tecnicização da economia que permitiu concebê-la como um sistema *manipulável*. Como afirmou Demeulenaere (2003, p. 198), “o grandioso empreendimento de Keynes consistiu em tecnicizar o conjunto da economia para fazer dela um conjunto de variáveis manipuláveis para a realização do pleno emprego”. Tratava-se de domesticar as flutuações do mercado de trabalho, regular o mercado e planejar a economia adotando medidas austeras de intervenção governamental. Em outras palavras, tratava-se de intervir naqueles processos sacrossantos que haviam sido interditados à ação governamental pelos economistas clássicos. A partir de Keynes ocorre uma mudança de paradigma importante no campo do saber econômico.

Caberia perguntar quais efeitos de ruptura foram produzidos no campo do saber político: correlativamente ao campo econômico, seria possível afirmar uma transformação no campo político? Quero sugerir que, tal como ocorreu no campo econômico, a tecnicização no campo político promovida pelo welfarismo transformou profundamente não apenas a prática, mas também a reflexão política no pós-Segunda Guerra. Também aqui o impacto produzido pela transformação teórica foi percebido como efeito de ruptura importante no campo da ciência política. Uma possibilidade para apreender a profunda transformação dos saberes causada pela tecnicização welfarista pode ser vista no conhecido debate em torno do declínio da teoria política, quando

ainda estava em pleno vigor a chamada “revolução comportamentalista” (BALL, 2004). A esse respeito, as críticas de dois politólogos americanos, David Easton (1951) e Alfred Cobban (1953), são amplamente elucidativas.

Na sua crítica, Easton (1951, p. 36) acusa o pensamento político de sua época de viver parasitariamente das teorias do passado. A miséria teórica da teoria política em nossos dias, diz Easton, deve-se ao tipo de abordagem em que ela esteve empenhada durante os últimos 25 anos: um tipo de análise histórica pouco ou nada concernido com o presente. Segundo Easton, duas consequências decorrem; a primeira é que

[...] o tipo de interpretação histórica com a qual nós estamos hoje familiarizados tem direcionado a teoria para uma função única, a da construção de uma moldura de valores de referência. Em segundo lugar, a aceitação dessa abordagem histórica tem involuntariamente ajudado a desviar a atenção e as energias dos teóricos políticos da *tarefa* de construir uma teoria política sistemática sobre o *comportamento político* [political behavior] e sobre o funcionamento das instituições políticas (idem, p. 37; grifos meus).

Na sua proposição, Easton faz passar sub-repticiamente o que ele considerou como a tarefa atual da teoria política: ao ocupar-se exclusivamente com a reconstrução no presente de valores políticos passados, a teoria política clássica tornou-se cega para sua “tarefa no presente”, que consiste em construir uma teoria sistemática sobre o comportamento político. Com efeito, no debate em torno do declínio da teoria política ocorrido nos anos 1950, é patente a necessidade de superar um tipo de passividade teórica considerada herança da teoria política tradicional. Easton insiste, por exemplo, que o tipo de especulação da teoria política não deve estar concernido apenas com o *é*, mas também com o *deve ser* do teórico, isto é, são especulações que envolvem valores conscientemente orientados para estados de coisas que o teórico deseja realizar. Trata-se de um tipo de especulação que comporta três proposições: implica a escolha entre uma constelação de valores disponíveis ao teórico político; exige uma adequação necessária entre os valores escolhidos e as condições reais de sua realização; em consequência das duas primeiras proposições, “o teórico deve assumir a existência e a validade ainda de um terceiro tipo de proposição, isto é, uma teoria causal generalizada sobre a relação dos fatos. Apenas com base nesta teoria causal ele é capaz de especificar com alguma segurança a maneira como seus objetivos podem ser alcançados” (idem, p. 38).

A passividade teórica da reflexão política tradicional do pós-guerra consiste em que seus teóricos estão menos

motivados em analisar e formular novos valores teóricos e mais inclinados em se ocuparem com informações triviais sobre o significado, a consistência interna e o desenvolvimento histórico dos valores políticos passados e contemporâneos. Aquilo que Easton está reivindicando é um tipo de reflexão teórica ativa que comporte não apenas especulação sobre a realidade, mas que estabeleça uma relação causal entre especulação teórica e realidade factual. Daí a necessidade do que ele chama de “teoria política causal”, que não se contenta com triviais estudos históricos de teorias passadas, mas que pretende ser uma “sistemática teoria empiricamente orientada sobre o comportamento político” (idem, p. 51). Easton quer retirar o pensamento político do imobilismo teórico em que foi encerrado pelo historicismo para devolver-lhe a incumbência “de responder aos problemas urgentes da sociedade e as necessidades sociais emergentes pela articulação de um sofisticado sistema de valores que ajudarão tanto o cidadão quanto o estadista para definir sua situação” (idem, p. 48).

Similar preocupação é encontrada na crítica de Cobban. Mais preocupado que Easton com a “sobrevivência” da teoria política contemporânea, Cobban (1953, p. 330) afirma que existe ao menos uma via comum entre essa última e aquela dos teóricos do passado:

[...] o simples e óbvio fato de que todos eles escreveram com uma proposta prática em mente. Seu objetivo foi o de influenciar o comportamento político presente. Escreveram para condenar ou apoiar as instituições existentes, para justificar um sistema político ou persuadir seus concidadãos a transformá-lo: em última instância, estiveram preocupados com os objetivos, com os efeitos da política na sociedade.

Cobban argumenta que a teoria política do passado foi eminentemente prática; seu estudo foi empreendido por pessoas que estavam intencionalmente em busca de resultados práticos. Hoje, ao contrário, a teoria política desvinculou-se dos fatos políticos. Coisa ainda mais grave, diz Cobban (idem, p. 331), “a teoria política acadêmica de hoje estuda os grandes pensadores políticos do passado, mas, em nome da imparcialidade acadêmica, deve cuidadosamente abster-se de fazer o que eles fizeram”. Assim como Easton, Cobban reivindica uma teoria política cujos valores constituam uma linha de ação e que, comparativamente à teoria política tradicional, represente uma importante substituição de paradigma.

Entretanto, cumpre dizer que as críticas de Easton e Cobban retomam e desenvolvem de maneira significativa aquilo que tinha sido suficientemente estabelecido por John Dewey já na segunda metade dos anos 1930. Como afirmaram Dardot e Laval (2010, p. 147), Dewey

representa, ao lado de Keynes, uma tendência difusa do final do século XIX e começo do XX que, mesclando certo grau de radicalismo e socialismo, assumiu a tarefa de pensar a reforma do capitalismo: o chamado *novo liberalismo*. Em 1935 Dewey profere uma série de conferências, posteriormente publicadas sob o título *Liberalism & social action*, nas quais afirmou que uma mudança gradual “começou a se manifestar no liberalismo, atingindo sua própria significação e sentido. Dissociou-o progressivamente da crença no *laissez-faire* e integrou-o no movimento pelo uso da ação governamental na ajuda aos desfavorecidos economicamente e no alívio de suas condições” (DEWEY, 1970, p. 31). Esses *novos liberais*, diz Dewey (idem, p. 35), defendem a ideia de que o Estado é responsável pela criação de instituições por meio das quais os indivíduos poderão realizar suas potencialidades.

Segundo a perspectiva de Dewey, uma importante “ruptura interior” separa o velho liberalismo do novo liberalismo. Locke elaborou uma rígida doutrina de direitos naturais inerentes ao indivíduo com o objetivo de estabelecer o primado do indivíduo face ao Estado, isto é, a supremacia do direito natural sobre o direito positivo. Definiu “o indivíduo em termos da liberdade de ação e de pensamento já misteriosamente possuída por ele, sendo a única função do Estado a de salvaguardá-la” (ibidem, p. 18). Tinha razão de fazê-lo, pois viveu em uma época na qual era preciso desenvolver o princípio da livre iniciativa econômica dos indivíduos para fazer frente ao autoritarismo governamental. Porém, nos tempos atuais, o problema que se coloca ao novo liberalismo é totalmente diverso. Não se trata mais do conflito entre prática governamental e liberdade individual; trata-se do problema em estabelecer uma ordem social que exige dirigir tanto a vida exterior quanto a vida interior dos indivíduos.

O problema da democracia faz-se o problema de uma forma de organização social, estendida a todas as áreas e modos de vida, em que as potencialidades dos indivíduos não somente estejam livres de constrangimento mecânico externo, mas sejam estimuladas, sustentadas e dirigidas (ibidem, p. 40).

Daí a necessidade de abandonar a velha concepção lockiana de sujeito. Locke havia concebido o indivíduo exclusivamente em termos econômicos, isto é, definiu o indivíduo como *proprietário* da sua própria pessoa. Esse eu do qual o indivíduo é o exclusivo proprietário, e sobre o qual ninguém mais além dele mesmo tem direito, é constituído de uma irredutível faculdade de escolha. “O eu é essa coisa consciente e racional [...] que é sensível e consciente do prazer e da dor, é capaz da felicidade ou da infelicidade e, assim, está ocupado consigo

próprio, tanto quanto essa consciência o possa abranger” (LOCKE, 2010, p. 451). Como sublinhou Foucault (2004, p. 276-277), o sujeito lockiano está preocupado com “escolhas irreduzíveis e que são intransmissíveis em relação ao sujeito. Esse princípio de uma escolha individual, irreduzível, intransmissível, esse princípio de uma escolha atomística e incondicionalmente referida ao sujeito nele mesmo, é isso que se chama o interesse”.

Para Dewey (1970, p. 46), é nessa concepção de sujeito onde se encontra de maneira mais evidente “a crise do liberalismo e a necessidade de o reconsiderarmos à luz de uma genuína liberação dos indivíduos”. É preciso rejeitar a concepção atomística do sujeito que o imaginou “como qualquer coisa feita, que já se possuísse e que apenas precisasse, para entrar plenamente em ação, da remoção de certas restrições legais” (idem). Contra “o individualismo atomístico e dissolvente da escola liberal”, Dewey opôs a concepção orgânica das recentes teorias comportamentalistas de sua época. Ao fazer isso, estabeleceu o aspecto decisivo do *novo liberalismo* nascente.

O liberalismo não se apoia em nenhuma simples abstração de alguma capacidade nativa independente e inafetada pelas relações sociais, mas no fato de que a capacidade nativa do indivíduo é suficiente para torná-lo capaz de responder a tirar proveito do conhecimento e da habilidade encarnadas nas condições sociais em que vive, se move e tem o seu ser (idem, p. 57).

Dewey descreve o impasse do liberalismo com uma clareza surpreendente. O velho liberalismo esteve empenhado em liberar os indivíduos dos costumes, da tradição, das velhas instituições feudais, da opressão do Estado. O novo problema que se coloca ao liberalismo não é mais o da liberação exterior dos indivíduos, mas da sua liberação interior exigida pelas condições atuais da sociedade. Foi no momento em que advieram as exigências colocadas por “uma ordem social coerente e possuída da capacidade de se dirigir intelectual e moralmente, que o liberalismo se revelou praticamente impotente” (idem, p. 58). O liberalismo precisa se reerguer novamente, afirma Dewey. Precisa acompanhar as “transformações na família, na igreja, na escola, na ciência e na arte”. Deve não criar o fluxo das mudanças, por que ele já existe e é um fato; mas deve dirigi-lo, controlá-lo “para poder mover-se para um fim de acordo com os princípios da vida” (idem, p. 60).

Na percepção de Dewey, “o liberalismo deve agora fazer-se radical”. Deve sair da condição de imobilidade na qual foi encerrado pela teoria do *laissez-faire*. A velha imagem benthamiana do indivíduo calculador agindo para maximização de seus proveitos, deve dar lugar ao indivíduo *interagente* de um meio ambiente atravessado

por estímulos para ação. Coube ao novo liberalismo perceber que “a maior força educativa, a maior força modeladora das disposições e atitudes dos indivíduos é a do meio social em que vivem” (idem, p. 89). Uma vez compreendida a importância da *força causal* existente na interação dos indivíduos com seu meio ambiente, basta aos novos liberais assenhorar-se dela e logo saberão “para onde voltar-se para obter os meios de dirigir as novas mudanças necessárias” (idem, p. 76). Como veremos, após terem percebido a importância da força causal do ambiente de que fala Dewey, os liberais voltaram-se para a educação e a cultura com o objetivo de dirigir a nova realidade política.

COMPREENDER A POLÍTICA PELA HISTÓRIA DO SUJEITO

Dewey pode ser considerado um dos grandes responsáveis pelo golpe de força teórico que provocou a profunda transformação do campo do saber político. É plausível considerar que, a exemplo de Keynes, Dewey esteve empenhado em reconfigurar o campo teórico da teoria política tradicional com o objetivo de torná-la uma realidade *manipulável*. Trata-se de uma hipótese pertinente a essa discussão e que vale a pena explorar. Meu argumento é que, tal como o empreendimento de Keynes, consistindo em fazer do campo da economia um conjunto manipulável pode ser compreendido no interior da racionalidade welfarista, da mesma forma as transformações no campo político ganham maior inteligibilidade quando também relacionadas àquela mesma racionalidade. Ora, o tipo de sujeito da velha prática política e correspondente à teoria política tradicional era o sujeito produtivo: tipo de humano que é ao mesmo tempo indivíduo calculista e trabalhador eficiente. Neste sentido, a teoria política do velho liberalismo esteve preocupada em constituir esse tipo de sujeito da atividade econômica através de uma multiplicidade de dispositivos de eficiência; dispositivos destinados a fornecer “à atividade econômica os ‘recursos humanos’ necessários” e que não cessaram “de produzir as almas e os corpos aptos a funcionar no grande circuito da produção e consumo”. Tratava-se, portanto, de um tipo de “normatividade das sociedades capitalistas que se impôs por uma normalização subjetiva de tipo particular” (DARDOT; LAVAL, 2010, p. 406). Essa normalização foi operada em torno da célebre imagem do *homo economicus*, o sujeito do *laissez-faire*.

Todavia, a imagem dessa máquina produtiva e calculista, essa “abstração do homem econômico”, segundo Dewey (1970, p. 38), foi problematizada pelas exigências das novas democracias liberais. Como sugeriram Dardot e Laval (2010, p. 404), as democracias

liberais são tipos de regimes que permitem até certo limite um *funcionamento heterogêneo* do sujeito, “no sentido em que asseguram ao mesmo tempo a separação e a articulação das diferentes esferas da vida. Essa heterogeneidade se traduziria pela independência relativa das instituições, das regras, das normas morais, religiosas, políticas, econômicas, estéticas, intelectuais”. Aspecto igualmente ressaltado por Moisés (2010, p. 10) ao salientar que, “diferente do que ocorre com as alternativas autoritárias, as instituições desempenham duas funções complementares na democracia: a distribuição de poder relacionada com os processos de tomada de decisões públicas e a participação dos cidadãos na avaliação e julgamento de procedimentos, conteúdos e resultados desses processos”. Trata-se, portanto, de um tipo inteiramente novo de normatividade que exige, por sua vez, um novo tipo de normalização subjetiva.

Sendo assim, a hipótese que gostaria de avançar é: em que medida poderia ser mais proveitoso para a análise extrair de uma história das formas de constituição dos sujeitos o princípio de inteligibilidade para compreensão das transformações dos paradigmas na teoria política contemporânea? Como se sabe, essa é uma hipótese foucaultiana. Foucault (2001, p. 1042) propôs destacar de uma história das “maneiras pelas quais um ser humano se transforma em sujeito” as formas concretas em que o poder político é exercido. Então, em vez de propor uma teoria do “objeto” poder, melhor seria estudar as condições históricas das quais essas teorias emergiram, isto é, compreender as diversas transformações pelas quais passou o sujeito da prática política em nossas sociedades. São as transformações sucessivas do sujeito que revelam as condições nas quais uma determinada teoria política se desenvolveu, ganhou seu significado, traçou seus objetivos.

Todavia, essa é uma abordagem que rompe com a maneira convencional pela qual se tem abordado os recentes desenvolvimentos da teoria política. Conhece-se, por exemplo, a célebre abordagem proposta por Terence Ball (2004). Para compreender o debate em torno do declínio da teoria política, Ball propôs uma distinção entre o que ele chamou de “teorizações de primeira e segunda ordem”. As teorizações de primeira ordem seriam aquelas cujo surgimento se deu diretamente conectado com questões relacionadas ao ordenamento social: questões a respeito de justiça e equidade, cargos e autoridade, da delimitação entre público e privado, das sanções e punições etc. Em suma, as teorizações de primeira ordem envolvem questões que tanto os teóricos políticos quanto “qualquer comunidade civilizada” interessam-se por formular e responder. Quando relacionada com essas questões, afirma Ball (2004, p. 11), “o pensamento ou a teorização política é

[...] uma atividade importante, mesmo necessária”. Já as chamadas teorizações de segunda ordem consistem em atividades de estudo, ensino e comentário dos clássicos do pensamento político. Diz Ball (idem, p. 12): “[...] se a teorização de primeira ordem é quase imortal, a teorização de segunda ordem é eminentemente mortal. Ela pode morrer ou desaparecer – ou, ao menos, ser desacreditada, descontada ou ignorada, como aconteceu em vários departamentos de ciência política durante o auge do comportamentalismo”.

O objetivo de Ball com essa classificação da teoria política é o de mostrar que o debate acerca do declínio da teoria política girou, no fundo, em torno de um falso problema: “[...] podemos ver que o paradoxo era apenas aparente e sua solução realmente bastante simples”. Os que anunciaram a morte da teoria política estavam falando das teorizações de segunda ordem e, diz Ball, estavam certos. Mas também estavam certos aqueles que se empenharam em conservá-la viva, pois o fizeram a partir de teorizações de primeira ordem. Porém, há um problema que não é aparente nesse debate: trata-se do súbito *revival* por que passou a teoria política. Isso se deve, diz Ball, ao declínio do comportamentalismo, o crítico mordaz das “teorizações de segunda ordem”, e às lutas políticas dos anos 1960. “A Teoria Política prosperou na medida em que ela lidou com problemas políticos reais e com os movimentos que eles suscitaram e originaram” (idem, p. 15).

A análise de Ball parece-me amplamente insuficiente, alcançando apenas a superfície do problema. Em primeiro lugar, a classificação entre teorizações de primeira e segunda ordem, com a consequente condenação dessa última, só é teoricamente justificável dentro de um projeto intelectual particular. Jamais tem validade universal. Além disso, e o que é mais grave, Ball parece ter sido vítima de certa ilusão dialética ao vincular o renascimento da teoria política aos movimentos políticos dos anos 1960. Como observaram Miller e Rose (2008, p. 199), durante séculos o discurso político tem sido cativado por uma linguagem filosófica constituída por pares de oposição: Estado/sociedade civil, dominação/emancipação, público/privado etc. Se considerarmos as importantes transformações na constituição do sujeito da prática política, seríamos conduzidos a pensar seriamente que é o contrário o que ocorre: em que medida os sujeitos da luta política não teriam sido eles mesmos constituídos pelas relações de poder das quais pretenderam se desembaraçar? É possível que esse sujeito da sociedade civil organizada possa ter sido não somente o elemento propulsor da teoria política, mas também o elemento subjetivo de uma rede articulada de normalizações subjetivas das quais a própria teoria política seria mais um de seus dispositivos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO COMO TECNOLOGIA DE CIDADANIA

Propondo perceber o recente desenvolvimento da teoria política por meio de uma história das transformações do sujeito da prática política, gostaria de sugerir ainda alguns importantes desdobramentos provocados pelas novas necessidades de normalização subjetiva operada pelo capitalismo do pós-Segunda Guerra.

Como visto, Dewey teve grande importância na transformação do campo do saber político, contribuindo para torná-lo um conjunto manipulável e permeável a intervenções. Fez isso quando chamou atenção para a força causal existente nas interações entre indivíduo e meio ambiente. Se o sujeito lockiano traz problema, é devido à suposição da sua racionalidade inata, “à identificação da inteligência com dons nativos dos indivíduos”. Para Dewey, qualquer indivíduo é capaz de se apropriar e de responder às racionalidades integrantes ao meio ambiente em que vive. O que os indivíduos fazem é utilizar sua capacidade racional inata para incorporar outros aspectos racionais em si mesmo. “Dado um meio social em cujas instituições estejam encarnados os conhecimentos, ideias e artes da humanidade, o indivíduo médio poder subir a alturas não sonhadas de inteligência social e política” (DEWEY, 1970, p. 71).

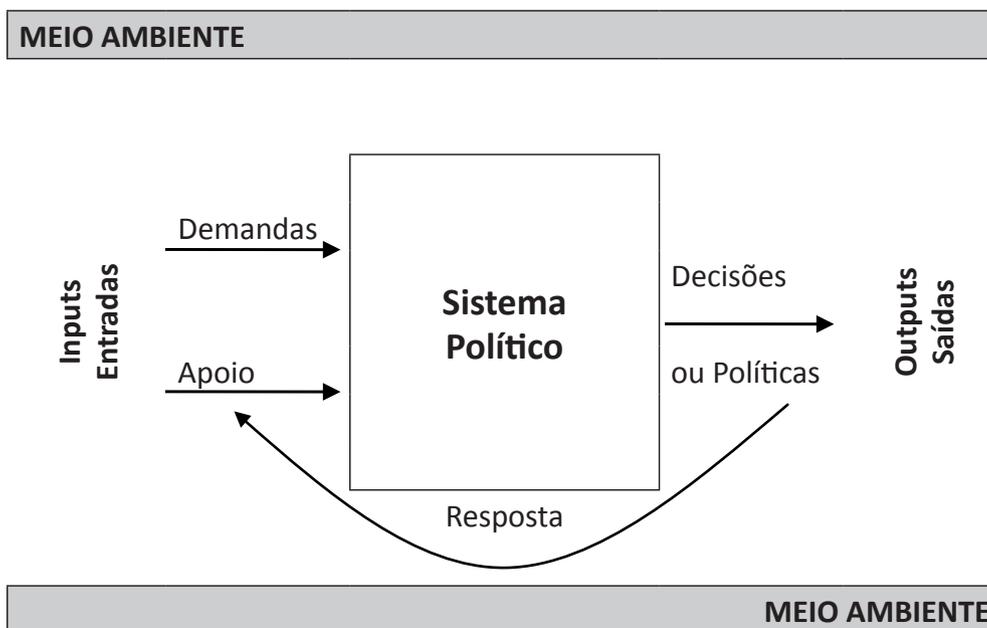
O homem do novo liberalismo não porta mais a imagem do indivíduo atomístico. Para o novo liberalismo, não é verdade que o homem seja o proprietário exclusivo de um eu irredutível, intransferível e incondicionalmente autorreferido a ele mesmo. O homem é um efeito na medida em que “a natureza humana opera numa multidão de diferentes condições ambientais e é a interação com estas condições que determina as consequências, a importância e o valor social, das tendências humanas”. A força causal existente nas interações que o indivíduo estabelece com seu meio ambiente desfaz inclusive o velho pressuposto liberal da imutabilidade da natureza humana, na medida em que as interações “retroagem sobre os componentes da natureza e os moldam em novas formas, sendo todo o quadro e modelo anterior destarte modificado” (idem, p. 200). O sujeito do velho liberalismo era uma realidade subjetiva dada e intocável; no novo liberalismo ele se torna uma variável manipulável em um meio ambiente dado.

Foucault se referiu a essa nova significação do sujeito, tomado como variável manipulável, chamando-a uma “definição colossal”. Trata-se de uma definição que dispensa até mesmo a exigência de um sujeito racional, por que é também perfeitamente aplicável a condutas “irracionais”, isto é, a condutas em que não está em questão a maximização dos benefícios. O que importa é que a

conduta do indivíduo não pode ser aleatória em relação ao real; que toda conduta responde de maneira sistemática às modificações nas variáveis do meio ambiente; em suma, que o indivíduo interaja com seu meio. Assim, “a conduta racional é simplesmente qualquer conduta que é sensível às modificações nas variáveis do meio e que a elas responde de maneira não aleatória, de maneira sistemática” (FOUCAULT, 2004, p. 273). A partir disso, o *homo economicus* será considerado simplesmente como aquele que aceita a realidade, isto é, aquele cuja conduta é indefinidamente manipulável porque sempre responderá de maneira sistemática às modificações do meio em que vive. Vale citar Foucault *in extensis*:

[...] esse *homo economicus* funcionava [no século XVIII] como elemento intangível em relação ao exercício do poder. [...] é aquele que obedece a seu interesse, aquele cujo interesse é tal que, espontaneamente, convergirá com o interesse dos outros. O *homo economicus* é, do ponto de vista de uma teoria do governo, em quem não se deve tocar. Ao *homo economicus* deixa-se fazer [*on le laissez faire*]. É o sujeito ou o objeto do *laissez-faire*. É o parceiro, em todo caso, de um governo cuja regra é o *laissez-faire*. E eis que agora [...] o *homo economicus*, isto é, aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações das variáveis do meio, esse *homo economicus* aparece precisamente como aquilo que é manipulável, que responde sistematicamente às modificações sistemáticas que se introduzirão artificialmente no meio. O *homo economicus* é alguém eminentemente governável. De parceiro intangível do *laissez-faire*, o *homo economicus* aparece agora como o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio (FOUCAULT, 2004, p. 274).

Essa abertura do sujeito liberal como realidade manipulável obteve enorme repercussão. É nessa direção que é possível compreender a elaboração por David Easton (1957a) de seu importante conceito de *sistema político*. Segundo Easton, é possível estudar a prática política de maneira fragmentada: examinar o funcionamento das instituições, estudar os interesses dos grupos, as decisões do governo ou o sistema eleitoral. Porém, quando se combinam os resultados obtidos em cada um desses estudos, tem-se a imagem de uma unidade política autossuficiente. “Ao combinar os resultados, no entanto, já existe implícita a noção de que cada parte do todo político não existe isolada, mas está relacionada a cada outra parte; para dizer positivamente, a operação de nenhuma parte pode ser totalmente compreendida sem referência ao modo pelo qual o conjunto funciona” (EASTON, 1957a, p. 383). Dessa forma, Easton propõe adotar o prisma segundo o qual a vida política deve ser compreendida



como um sistema de atividades inter-relacionadas cujo vínculo sistêmico influencia significativamente as formas em que as decisões autoritativas são executadas na sociedade. Além disso, a própria ideia de sistema político indica a possibilidade de pensar o político como uma dimensão independente dentro de um meio ambiente mais amplo, isto é, possibilita distinguir a atividade política de outras atividades atuantes no ambiente. Easton (idem, p. 384) fornece uma imagem significativa da sua noção de sistema político.

Entre os aspectos significativos do sistema político de Easton está o fato de que ele extrai do meio ambiente tanto a energia necessária ao seu funcionamento quanto as informações necessárias para a utilização da energia que o faz funcionar. Desta forma, o sistema está em condições de retroalimentar incessantemente suas decisões políticas pelas respostas obtidas no ambiente. Assim compreendido, o sistema assume a função básica de distribuidor dos valores políticos no ambiente social de maneira interativa.

Seja qual for a crítica que tenha recebido a teoria do sistema político concebida por Easton, o certo é que ela possibilitou o desenvolvimento de um vasto processo no qual vieram acoplar-se outros campos e práticas de saber antes distintos e separados da política, como, por exemplo, aqueles concernentes à educação e à cultura. Já Dewey (1970, p. 40) havia afirmado que a organização democrática “requer muito mais educação do que a da escola comum, a qual, sem a renovação das molas do propósito e do desejo, transforma-se em novo modo de mecanização e formalismo”. Porém, coube a Easton operacionalizar em uma racionalidade política essa nova

exigência educacional. Concebida agora sob o prisma eastiano do sistema político, a educação e a cultura serão assimiladas como conjunto de técnicas comportamentais, isto é, serão tomadas com o propósito de saber “como um jogo dado de estímulos poderá, por mecanismos de incitamento, induzir respostas cuja sistematicidade pode ser percebida, e a partir da qual poder-se-á introduzir outras variáveis de comportamento” (FOUCAULT, 2004, p. 274).

Era o que estava em jogo na revolução comportamentalista levada a cabo no ambiente americano dos anos 1950. E seria um erro imaginar que seus efeitos teriam desaparecido após seus pressupostos serem desacreditados. Talvez fosse mais proveitoso pensar não a maneira pela qual desapareceram sem deixar vestígios, mas tentar perceber seus rastros nos desenvolvimentos subsequentes da Teoria Política, sobretudo, no momento em que se assistiu a seu *revival*. Talvez a enorme reflexão acerca das relações entre cultura, educação e desenvolvimento político que passou a ocupar cada vez mais espaço na reflexão política tenha sido seu efeito mais imediato. Se essa hipótese possuir alguma validade, seria possível compreender esses três objetos da reflexão política como *tecnologias de cidadania*, termo que retomo de Barbara Cruikshank (1999). Seria possível, por exemplo, compreender nesses termos a necessidade surgida a partir dos anos 1960 em vincular educação e desenvolvimento político, tal como aparece em James Coleman (1965, p. 17-18) e a obra pioneira por ele organizada, na qual identificou três processos do sistema político sobre os quais são estabelecidas claras relações com a educação: socialização política, recrutamento político e integração política.

Não teria sido acidental, portanto, que pesquisas articulando educação e desenvolvimento político tornaram-se dominantes a partir dos anos 1960. Como salientaram Meyer e Runbinson (1975, p. 134), trata-se de dois fenômenos que foram cuidadosamente relacionados: de um lado, “a consolidação da autoridade política nacional estende a educação para a sociedade como um meio de incorporar material humano em suas estruturas, e [de outro lado], sistemas educacionais politicamente incorporados integram e legitimam a ação política”. Percebendo a importante transformação em jogo, David Easton (1957b, p. 306) frisou que o objetivo central da investigação não é mais saber qual papel da educação na vida política, mas descobrir “qual tipo de arranjo educacional, mais curricular do que organizacional, seria adequado para promover a concepção filosófica de uma sociedade politicamente boa ou de uma ordem social justa”. Segundo Easton, não se trata mais de investigar “que papel deve desempenhar a educação em determinada ordem social”, mas “que papel deve desempenhar a educação no desenvolvimento do bom cidadão” (idem).

Para Easton, uma das condições de sobrevivência de determinado sistema político é que seus membros, jovens ou adultos, adquiram os conhecimentos, os valores e as atitudes que deles se espera. Nesse sentido, é preciso que tal sistema esteja em condições de educá-los para o tipo de ordem política correspondente. Assim, diz Easton (ibidem, p. 311),

se usamos o termo socialização para descrever o processo através do qual os indivíduos se tornam de pleno direito membros de uma sociedade, podemos chamar o processo particularmente relevante de assimilação da ordem política, de socialização política ou *politicização* [*politicization*]. A manutenção de um sistema dependerá, em grande medida, da extensão sobre a qual o processo de politicização for bem-sucedido.

Deste modo, a teoria do desenvolvimento político percebeu na educação um objetivo bastante simples, porém indispensável: o fato de que “o aumento da educação de um indivíduo tem o poder de afetar variavelmente seus sentimentos políticos, sua competência e seu comportamento” (MEYER; RUNBINSON, 1975, p. 137). Tornou-se patente aos politólogos a percepção de que o “educando conhece mais sobre política, participa mais, percebe a si mesmo como mais efetivo e é mais capaz para interpretar e tolerar o comportamento político dos outros” (idem). A partir disso, a conclusão de seus estudos políticos foi a de que “a educação é uma variável fortemente relacionada com participação política” (ibidem).

Ao que tudo indica, foi a partir dessa articulação entre desenvolvimento político e educação que a governamentalidade neoliberal conferiu à educação a funcionalidade de inscrever cidadãos: transformou-a numa tecnologia de cidadania. Certamente, trata-se de uma funcionalidade que recobriu diversos campos estratégicos da prática social, porém, em especial a educação e a cultura. Como mostrou Veiga-Neto (2000), mais do que simplesmente ensinar, a educação, sobretudo nas economias de capitalismo avançado, tornou-se um imperativo político para constituir o sujeito da prática política que lhe é correspondente.

REFERÊNCIAS

- ALY, Götz. **Comment Hitler a acheté les allemands**. Trad. Marie Gravey. Paris: Flammarion, 2005.
- BALL, Terence. Aonde vai a teoria política? **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, p. 9-22, 2004.
- COBBAN, Alfred. The decline of political theory. **Political Science Quarterly**, v. 68, n. 3, p. 321-337, 1953.
- COLEMAN, James (Org.). **Education and political development: studies in political development**. 4. ed. Princeton: Princeton University Press, 1965.
- CRUIKSHANK, Barbara. **The Will to Empower**. Democratic Citizens and others Subjects. Londres: Cornell University Press, 1999.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **La nouvelle raison du monde: essai sur la société néolibérale**. Paris: La Découverte, 2010.
- DEAN, Mitchell. **Governing societies**. Political perspectives on domestic and international rule. Berkshire: McGraw-Hill, 2007.
- DEMEULENAERE, Pierre. **Homo oeconomicus: enquête sur la constitution d'un paradigme**. Paris: PUF/Quadrige, 2003.
- DEWEY, John. **Liberalismo, liberdade e cultura**. Trad. Anísio Teixeira. São Paulo: Cia. Editora Nacional/USP, 1970.
- DRYZEK, John S.; DUNLEAVY, Patrick. **Theories of the democratic state**. New York: Palgrave, 2009.
- EASTON, David. The decline of modern political theory. **The Journal of Politics**, v. 13, n. 1, p. 36-58, 1951.
- _____. An approach to the analysis of political systems. **World Politics**, v. 9, n. 3, p. 383-400, 1957a.
- _____. The function of formal education in a political system. **The School Review**, v. 65, n. 3, p. 304-316, 1957b.
- FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.
- _____. **Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France, 1978-1979**. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.
- JUDT, Tony. **Pós-Guerra**. Uma história da Europa desde 1945. Trad. José R. O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- KEYNES, John Maynard. (1926). The end of **laissez-faire**. Disponível em: <<http://www.panarchy.org/keynes/laissezfaire.1926.html>>. Acesso em: mar. 2012.

LESSENICH, Stephan. Constructing the socialized self. Mobilization and control in the “active society”. In: BRÖCKLING, Ulrich; KRASMANN, Susanne; LEMKE, Thomas. **Governmentality**: current issues and future challenges. London: Routledge, 2011. p. 304-319.

LOCKE, John. **Ensaio sobre o entendimento humano**. Trad. Eduardo A. de Soveral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. v. 1.

MASON, Timothy W. **La política sociale del III Reich**. Trad. Paola Rinaudo. Torino: Bruno Mondadori, 2003.

MEYER, John. W.; RUBINSON, Richard. Education and political development. **Review of Research in Education**, v. 3, p. 134-162, 1975.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. **Governing the present**: administering economic, social and personal life. Cambridge: Polity Press, 2008.

MOISÉS, José Álvaro. A confiança e seus efeitos sobre as instituições democráticas. In: _____ (Org.). **Democracia e confiança**: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: EDUSP, 2010.

PROCACCI, Giovanna. **Gouverner la misère**. La question sociale en France (1789-1848). Paris: Seuil, 1993.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (Org.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000.

Artigo recebido em janeiro 2013.

Aprovado em março 2013.